

Por Vilhena Soares e Lígia Formenti

Segundo entidades, o mais provável é que o texto seja alterado pelos senadores e enviado à Câmara para votação

Grupos de pacientes trabalham contra a realização da audiência pública para discutir o PL 2033/2022, sobre o rol da Agência Nacional de Saúde Suplementar ([ANS](#)), marcada para 23 de agosto. Representantes das associações têm pressa para votação do tema e sustentam que o ideal é garantir apenas que o PL seja pautado no [Senado](#).

A proposta, já aprovada na [Câmara](#), obriga planos de saúde a garantir a seus clientes tratamentos, mesmo que não estejam previstos no rol de procedimentos da ANS. Para isso, é preciso apenas que algumas condições sejam atendidas. O tratamento sugerido pelo médico ou dentista precisa ter comprovação de eficácia ou ser recomendado pela [Conitec](#) ou um órgão de avaliação de renome internacional. A Associação Brasileira de Planos de Saúde ([Abramge](#)) considera o texto vago. O presidente da ANS, Paulo Rebello, tem opinião semelhante.

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: JOTA, em 15.08.2022